

PORTFÓLIO DE PROJETOS - PDTIC 2022/2023

Relatório de Acompanhamento

Posição Dezembro/2023 v1.0

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (CSTIC)																		
Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido (justificativa)	Benefícios Estimados	Posição Atual	OP/Respon sável	Status	Início Previsto (atual)	Entrega Produto Final Prevista (atual)	Início Previsto anterior (histórico)	Entrega Produto Final Prevista anterior (histórico)	Custo Estimado	Custo Realizado	PRORRZA CÃO (TOTAL)	É uma Transformação Digital? (PTD)?	Link Git/ab	Objetivo Estratégico Estufad	Objetivo Estratégico CSJT	
Monitores de 27" para Magistrados	Fornecimento de monitores de 27" para uso dos magistrados, quando estiverem fora das dependências do Tribunal. Até hoje estão comprados 300 unidades, sendo 200 para os Magistrados e 10 para reserva técnica.	Os monitores atualmente fornecidos para os magistrados utilizam quando estão fora do TRT são muito antigos e pequenos, de 20".	Atualização do parque de equipamentos do Tribunal, com respectivos ganhos de produtividade. Disponibilizar aos magistrados monitores novos, com configuração superior e recursos mais avançados do que os atuais, possibilitando a visualização de mais de um sistema simultaneamente na mesma tela.	Monitores comprados 300 unidades. Até hoje foram entregues 161 monitores, aos magistrados que manifestaram interesse. Deixar a destinação da quantidade restante, seja aos magistrados ou demais áreas.	Fausto Medeiros	Em Execução	(março2023)	(julho2024)		(setembro2023)	(setembro2023)	R\$ 52.800,00		5000	NÃO		GEN? Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (CDS)																	
Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido (justificativa)	Benefícios Estimados	Posição Atual	OP/Respon sável	Status	Início Previsto (atual)	Entrega Produto Final Prevista (atual)	Início Previsto anterior (histórico)	Entrega Produto Final Prevista anterior (histórico)	Custo Estimado	Custo Realizado	PRORRZA CÃO (TOTAL)	É uma Transformação Digital? (PTD)?	Link Git/ab	Objetivo Estratégico Estufad	Objetivo Estratégico CSJT
FAE 2.0 - Auto cadastramento de advogados e Jus Postulantes, em arquitetura orientada a serviços	Automatizar o cadastro de advogados e Jus Postulantes no sistema de acesso ao sistema de atendimento ao usuário.	Funcionalidades em arquitetura legada do FAE 1 oferecem maiores vulnerabilidades e menor grau de manutenibilidade.	Atualização tecnológica. Melhor funcionalidade nas manutenções e atualizações.	Esses aplicativos API para automatizar de documentos pessoais, que foi liberado pelo CSJT final de testes/validação. Desenvolvimento iniciado em outubro/22. Em dezembro/22 houve o início do desenvolvimento por falta de formalização dos novos integrantes do CNM e aplicativo desenvolvido para continuidade do projeto. Retorno início de 2023. Desenvolvimento com módulo associado do PIA. Novamente suspensa em abril/23, aguardando diretrizes e priorização por parte do CSJT, que priorizou outros desenvolvimentos para a equipe do TRTA.	Fábio Garcia	Suspensa	(03/10/2022)	(julho2023)	(02/05/2022)	(dezembro2022)			2625	SI	https://github.com/tribunaletc/ptd-cstic	GEN? Promover a Transformação Digital	
FAE 2.1 - Nacionalização do Sistema de Apoio à Execução	Atualizar o sistema de apoio à execução para atender às demandas dos magistrados.	Alterar a demanda do CSJT de disponibilizar o sistema FAE 2.0 de Apoio à Execução para todas as unidades da Justiça do Trabalho.	Facilitar o uso do FAE 2.0 por todas as unidades da Justiça do Trabalho.	Sistema a princípio tinha sido ajustado para ser instalado em outras Unidades. Realizado piloto em homologação com sucesso no TRTE, em agosto/21. No entanto, CSJT indicou adequações necessárias e a equipe não teve tempo para adequar o sistema. Retorno em novembro/22 para adequação e solução de questões de performance (identificadas em Tribunal grande). Retorno em dezembro/22 para adequação de requisitos técnicos, manual de usuário e documento de arquitetura de software. AÇÃO SUSPENSA em setembro/22, retorno em janeiro/23 para nacionalização do sistema. Retorno em março/23 para adequação de requisitos técnicos e desenvolvimento de testes. Em maio/23, o E-EXE-PA assumiu a execução conforme registro no E-GPJE-2020. Após a mudança do posto do CSJT (outubro/23), Lucia passou a assumir a coordenação do grupo de trabalho "Processo Local e TRTE" Gerente Projeto, informo que este quadro será levantado a novo gestão recém-empossado no CSJT para melhorias.	Lucia Speranza	Suspensa	junho2021	(dezembro2023)					4250	SI	https://github.com/tribunaletc/ptd-cstic	GEN? Promover a Transformação Digital	
Implementação do e-Cadastro Administrativo no SIGEP	Implementar o e-Cadastro Administrativo a partir do sistema SIGEP.	O sistema legado, PEI está sendo substituído pelo SIGEP, que passa a ser o sistema oficial de recursos humanos do Tribunal. Desta forma, o sistema e-dados deve deixar de utilizar o PDI como fonte de dados e passar a ler estes dados do SIGEP.	Fonte de dados única para dados de recursos humanos	Desenvolvimento em andamento. SIGEP operando a partir de 01/01/2023. No entanto, a equipe atual não conseguiu acessar o sistema administrativo a serem migrados, conforme as diferenças entre o sistema SIGEP e o sistema de dados do Tribunal. Retorno em março/23 para adequação e migração de todos os dados do SIGEP. Quando o sistema antigo de RH for desativado, o sistema SIGEP será o sistema oficial de recursos humanos do Tribunal. Retorno em março/23 para adequação e migração de todos os dados do SIGEP. Quando o sistema antigo de RH for desativado, o sistema SIGEP será o sistema oficial de recursos humanos do Tribunal.	Felipe Levin	Suspensa	março2022	(dezembro2023)		(dezembro2022)			1875	NÃO	https://github.com/tribunaletc/ptd-cstic	GEN? Promover a Transformação Digital	
Assistente de Sentenças (Assis) - 2023	Desenvolver o assistente de sentenças para automatizar o processo de sentenças.	O projeto concluído em 2022 para automatizar o processo de sentenças para outros tipos de processos, além dos de valores realiações.	Automatizar o processo de sentenças para outros tipos de processos, além dos de valores realiações.	Desenvolvimento em andamento. SIGEP operando a partir de 01/01/2023. No entanto, a equipe atual não conseguiu acessar o sistema administrativo a serem migrados, conforme as diferenças entre o sistema SIGEP e o sistema de dados do Tribunal. Retorno em março/23 para adequação e migração de todos os dados do SIGEP. Quando o sistema antigo de RH for desativado, o sistema SIGEP será o sistema oficial de recursos humanos do Tribunal.	Fábio Garcia	Suspensa	(julho2023)	(dezembro2023)	(janeiro2023)				1750	SI	https://github.com/tribunaletc/ptd-cstic	GEN? Promover a Transformação Digital	
Migração de Novasud e Ejud para o Oracle 19c	Realizar a migração dos sistemas Novasud e Ejud para o Oracle 19c.	Os sistemas Novasud e Ejud utilizam o Oracle 11g. Essa versão antiga e não suportada pelo Oracle 19c, o que impede a migração para o Oracle 19c.	Atualização tecnológica. Garantia de suporte do banco de dados.	CDI realizou estudo sobre a migração de Novasud e Ejud para o Oracle 19c e aguarda que o CSJT libere o orçamento para a migração. Retorno em março/24 para adequação e migração de todos os dados do sistema. Retorno em março/24 para adequação e migração de todos os dados do sistema.	Felipe Levin	Em Execução	18/03/2023	(março2024)					4700	NÃO		GEN? Promover a Transformação Digital	OPF10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA (CIT)																			
Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido (justificativa)	Benefícios Estimados	Posição Atual	OP/Respon sável	Status	Início Previsto (atual)	Entrega Produto Final Prevista (atual)	Início Previsto anterior (histórico)	Entrega Produto Final Prevista anterior (histórico)	Custo Estimado	Custo Realizado	PRORRZA CÃO (TOTAL)	É uma Transformação Digital? (PTD)?	Link Git/ab	Objetivo Estratégico Estufad	Objetivo Estratégico CSJT		
Substituição de Telefonia Convencional	Substituir a central telefônica convencional do Tribunal por solução baseada em VoIP.	Centrais telefônicas são fontes desnecessárias hoje em dia, pois podem ser totalmente substituídas pela infraestrutura de rede. A telefonia convencional impede um usuário a determinada localização geográfica, enquanto a solução VoIP permite a mobilidade plena.	Diminuir o parque de ativos de TIC, não sendo necessários novos equipamentos telefônicos convencionais. Dar liberdade de movimento para os usuários, que poderão usar de ramais pela rede IP através de telefones IP, smartphones e app de smartphones.	Contratação concluída (PROAD 4944/2022), referente a 1400 aparelhos. Espaço (11) Abertura de central telefônica de PDA (contato), (2) instalação de gateway (contato), (3) instalação dos aparelhos em PDA (em andamento), (4) instalação dos aparelhos no interior (em andamento). No entanto, alguns usuários não aceitaram a troca pois dependem de telefones sem fio, o que não estava previsto inicialmente no escopo.	Jobo Encarnação	Em Execução	(março2021)	(março2024)		(julho2023)			R\$1 522 000,00		100% R\$2 184 159,77 sendo: R\$1 554 617,37 (Equipado) R\$629 222,40 (Em teste de suporte técnico) R\$0 outros materiais sem fio.	2700	SI	https://github.com/tribunaletc/ptd-cstic	GEN? Promover a Transformação Digital
Centralização do INFOR 2023	Centralizar o sistema de informações do Poder Judiciário.	Com o PIA e o teletrabalho, o acesso à dados de todo tipo do interior ao INFOR caiu muito. Ao mesmo tempo, os dados são buscados para PDI, o que impede a migração para o Oracle 19c.	Melhor desempenho para as consultas de estatísticas. Não depender da WAN para a geração de estatísticas. Fazer o backup de informações de forma mais eficiente, além do backup Ejud, hoje temos um acesso lento ao sistema por quem utiliza pouco e remoto onde há maior demanda. Esta ação visa ajustar esse cenário.	Essa ação tinha como pré-requisito a conclusão de ações "Aprimoramento de servidores nos distritos 2022" e por isso sua estimativa final de entrega foi para o final de 2023. Devido a problemas de rede em Brasília e no Rio de Janeiro, o sistema não conseguiu ser instalado. Retorno em março/24 para adequação e migração de todos os dados do sistema.	Fausto Medeiros	Em Execução	(julho2023)	(março2024)	(novembro2021)	(dezembro2023)			1250	NÃO		GEN? Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas			
Atualização de servidores nos distritos 2023	Atualizar os servidores nos distritos para atender às demandas dos magistrados.	Atualização de servidores nos distritos para atender às demandas dos magistrados.	Melhor desempenho de área de infraestrutura.	Duvidoso o andamento do projeto, avaliada possibilidade de contratação de NOC (network operation center) como serviço, no qual a empresa contratada realiza o monitoramento remoto de equipamentos, com base de conhecimento sobre ações a serem realizadas ou acionando o responsável no TRTA, quando necessário.	Fausto Medeiros	Suspensa	fevereiro2024	(julho2024)	(fevereiro2023)	(julho2023)			4375	NÃO		GEN? Promover a Transformação Digital			
Acrescimos de servidores nos distritos 2022	Acrescentar servidores nos distritos para atender às demandas dos magistrados.	Acrescentar servidores nos distritos para atender às demandas dos magistrados.	Melhor desempenho de área de infraestrutura.	Eliminar a dependência de equipamentos sem garantia. Ampliar o conhecimento de procedimentos dos serviços prestados pela SETIC.	Fausto Medeiros	Em Execução	(fevereiro2022)	(julho2024)		(dezembro2023)			5000	NÃO		GEN? Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas			
Renovação das redes sem fio 2023	Renovar o parque de equipamentos de rede sem fio de todo o Tribunal, com atualização tecnológica e ajuste de área de cobertura.	O sistema de gerenciamento de rede sem fio encontra-se desatualizado e com complexidade de cobertura, com adoção de um número maior de pontos de acesso.	Melhor desempenho para as redes sem fio. Melhor cobertura dentro das dependências do Tribunal.	Contrato atual com o fornecedor em 31/03/2023. TRTA elaborou o termo de rescisão. Devido a problemas no processo, definida a participação da compra do 2023, que estava mais vantajosa. Retorno em março/24 para adequação e migração de todos os dados do sistema.	Fausto Medeiros	Em Execução	(julho2021)	(julho2024)		(dezembro2023)			4250	NÃO		GEN? Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas			

CANCELADOS																	
Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido (justificativa)	Benefícios Estimados	Posição Atual	OP/Respon sável	Status	Início Previsto (atual)	Entrega Produto Final Prevista (atual)	Início Previsto anterior (histórico)	Entrega Produto Final Prevista anterior (histórico)	Custo Estimado	Custo Realizado	PRORRZA CÃO (TOTAL)	É uma Transformação Digital? (PTD)?	Link Git/ab	Objetivo Estratégico Estufad	Objetivo Estratégico CSJT
Implementação de uma solução de gerenciamento de desempenho de aplicações (Application Performance Management - APM)	Monitorar o desempenho das aplicações para identificar gargalos e otimizar o desempenho.	Acesso de muito esforço, nessa capacidade de diagnóstico para a solução de problemas com os sistemas é bastante limitada frente a complexidade das aplicações.	Maior eficiência na solução de problemas de performance e funcionamento dos sistemas.	Projeto havia sido suspenso em agosto/22. Definido que participariam do projeto coletivo grande por TRT, ainda não ocorreu. Em janeiro, a CSJT realizou POC de ferramenta DPM (com possibilidade de alternar parcialmente a essa ferramenta). E SIMON realizou POC com o Elastic Search.	Fausto Medeiros	Cancelado	(julho2021)	(dezembro2023)		(julho2023)			4125	NÃO		GEN? Promover a Transformação Digital	OPF10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados
Renovação switches interior 2023	Renovar o parque de equipamentos de rede sem fio de todo o Tribunal, com atualização tecnológica e ajuste de área de cobertura.	Atualização de servidores nos distritos para atender às demandas dos magistrados.	Melhor desempenho de área de infraestrutura.	Eliminar a dependência de equipamentos sem garantia. Ampliar o conhecimento de procedimentos dos serviços prestados pela SETIC.	Fausto Medeiros	Cancelado	(agosto2022)	(dezembro2023)		(dezembro2023)			4250	NÃO		GEN? Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	

COORDENADORIA DE GESTÃO E APOIO À GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (CGTIC)																	
Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido (justificativa)	Benefícios Estimados	Posição Atual	OP/Respon sável	Status	Início Previsto (atual)	Entrega Produto Final Prevista (atual)	Início Previsto anterior (histórico)	Entrega Produto Final Prevista anterior (histórico)	Custo Estimado	Custo Realizado	PRORRZA CÃO (TOTAL)	É uma Transformação Digital? (PTD)?	Link Git/ab	Objetivo Estratégico Estufad	Objetivo Estratégico CSJT
Nova solução de gerenciamento de demandas e serviços (SETIC)	Atualizar o sistema de atendimento ao usuário para atender às demandas dos magistrados.	Atualizar o sistema de atendimento ao usuário para atender às demandas dos magistrados.	Diminuir o tempo de resposta das demandas dos magistrados.	Atualização de servidores nos distritos para atender às demandas dos magistrados.	Ricardo Ruy	Em Execução	(dezembro2021)	(março2024)		(dezembro2023)			3700	NÃO		GEN? Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	OPF10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados

Plano Anual de Capacitação 2023	Atualizar e aperfeiçoar as competências técnicas e gerenciais dos servidores do SETIC, por meio da execução do Plano Anual de Capacitação do ano de 2023. Essa é uma ação recorrente, que acontece de forma anual.	As equipes de SETIC, em função da natureza de suas atividades, precisam estar constantemente em processo de desenvolvimento e atualização de competências técnicas e gerenciais, por meio de um processo de capacitação continuada, devidamente orientadas às atribuições de cada servidor, e que seja capaz de promover equilíbrio no balanceamento da capacitação entre as áreas de apoio com as necessárias e a crívelidade.	Atender às necessidades de capacitação técnica e gerencial das equipes de SETIC. Proporcionar ao Tribunal a entrega de serviços dentro de padrões de alta qualidade e eficiência, alinhado aos melhores práticas de mercado.	O PAC 2023 aprovado e em execução.	Ricardo Kurtykio	Em Execução	setembro/2023	maio/2024		Assistir	2500	NÃO			DEN1: Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores	OPF1: Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional
Revisão dos processos de Elaboração do Plano Diretor de TIC e de Execução e Monitoramento do PDOTIC	Revisar os processos de Elaboração do Plano Diretor de TIC e de Execução e Monitoramento do PDOTIC, verificando oportunidades de melhoria e adequação a realidade atual.	Os processos de Elaboração do Plano Diretor de TIC e de Execução e Monitoramento do PDOTIC foram instituídos pela Portaria Nº 1.961, de 2018. Precisam ser reavaliados e atualizados, para refletir o tamanho, bem como para ajustar possíveis melhorias.	Optimizar e atualizar os processos de Elaboração do Plano Diretor de TIC e de Execução e Monitoramento do PDOTIC. Registrar processos que reflitam a realidade jurídica.	Hoje do mapeamento do processo em setembro/23. Informado para a auditoria abril/24 como prazo para conclusão.	Ricardo Kurtykio	Em Execução	setembro/2023	abril/2024	maio/2023	agosto/2023		3318	NÃO		DEN1: Apoiar a Governança e a Gestão	OPF1: Apoiar a governança de TIC e a proteção de dados

CANCELADOS

Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido (justificativa)	Benefícios Estimados	Posição Atual	GR/Responsável	Status	Início Previsto (real)	Entrega Prevista Final Prevista (real)	Início Previsto anterior (histórico)	Entrega Prevista Final Prevista anterior (histórico)	Custo Estimado	Custo Realizado	PROCECA CAD (TOTAL)	É uma Transformação Digital? (PTDI)	Link GitHub	Objetivo Estratégico Específico	Objetivo Estratégico Global
SAF - Sistema de Assentamento Funcional (módulo do PROAD)	Instalar no SETICSP o Sistema de Assentamento Funcional para gestão e armazenamento de documentos funcionais de forma digital.	Atualmente a guarda de documentos funcionais é feita em meio físico na SECESP.	Redução de espaço físico necessário. Menor aplicação na consulta de documentos funcionais. Melhor segurança em relação ao armazenamento de documentos funcionais.	ETAPAS DO PROJETO: Conclusão: instalação do SAF em ambiente de homologação e de produção em agosto/2021. No TDTA a gerência regional está sob responsabilidade do Memorial (Maurício), com acompanhamento da SETIC para contratação de serviços e implantação. Módulo Contrato com o INCT assinado da Tiberius (PROCECA/2022). Etapas já iniciadas. Prazo para implantação no TDTA é de 2 anos (até setembro/24). Posteriormente, prazo de 1 ano para implementação nacional e mais 2 anos de suporte. CNJ estabeleceu meta do site de qualidade para que o ABdi estivesse instalado nos Tribunais, correndo pelo menos 100 horas aquisições, até 31/03/2023. Como o TDTA já tem o ABdi instalado, contempla cumprir a meta. Para os demais Tribunais, o fornecedor e roteiro de instalação do ABdi, de forma emergencial e separada do cronograma do projeto, ficando sob responsabilidades do TDTA. Em novembro/23, importado o primeiro processo (de forma preliminar) vindo do PAJ para o RDCA/PAJ do TDTA.	Alex Fagundes	Suspensão	junho/2021	dezembro/2023					2125	SIM	https://github.com/STIC/SAF-Instalacao-Prod	DEN1: Promover a Transformação Digital	OPF1: Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional
Preservação digital e gestão documental apoiada na implantação do módulo RDCA/PAJ para processos eletrônicos ou processos físicos digitalizados. Nome antigo: (integração do ABDM com o Arquivamento)	Integração do sistema Arquivamento com o ABDM para o sistema do acervo do processo. Projeto do proposto ao CJST pelo Memorial do TRT da RJ e envolvimento da SETIC, será no sentido de dar suporte ao projeto de pesquisa que será desenvolvido para esta finalidade, na qual o TDTA terá o suporte pelo Conselho de Gestão de TI da RJ e da Comissão Instalada entre 1 e 16 de junho de 2021, tendo destacado a valorização do pessoal de TIC. Considerando que até o momento não houve priorização definitiva para concretizar a valorização das equipes de TIC, e que não há margem para reavaliar a viabilidade com o cargo que podem ser transferidos para TI ou TICs a serem realocadas, a solução definitiva depende da criação de novos cargos e vagas.	Atualmente os processos físicos de guarda permanente estão digitalizados e armazenados sem atender os requisitos previstos nos atos normativos que regem a geração de documentos digitais, em especial acerca dos requisitos necessários a identificação dos objetos digitais.	Documento contendo modelo de arquitetura computacional física e lógica, incluindo segurança, das aplicações. Informações relacionadas ao hardware RDCA/PAJ. Aplicação do modelo de arquitetura computacional no hardware em aplicação no PAJ. Documento contendo padrão de código das aplicações implementadas relacionadas ao hardware RDCA/PAJ. Código fonte de aplicação da integração dos conceitos com o hardware do PAJ.	Este projeto deriva do projeto de implantação do ABDM no Memorial e esteve suspenso por 3 anos aguardando um projeto nacional, sendo retomado em 2022. No TDTA a gerência regional está sob responsabilidade do Memorial (Maurício), com acompanhamento da SETIC para contratação de serviços e implantação. Módulo Contrato com o INCT assinado da Tiberius (PROCECA/2022). Etapas já iniciadas. Prazo para implantação no TDTA é de 2 anos (até setembro/24). Posteriormente, prazo de 1 ano para implementação nacional e mais 2 anos de suporte. CNJ estabeleceu meta do site de qualidade para que o ABdi estivesse instalado nos Tribunais, correndo pelo menos 100 horas aquisições, até 31/03/2023. Como o TDTA já tem o ABdi instalado, contempla cumprir a meta. Para os demais Tribunais, o fornecedor e roteiro de instalação do ABdi, de forma emergencial e separada do cronograma do projeto, ficando sob responsabilidades do TDTA. Em novembro/23, importado o primeiro processo (de forma preliminar) vindo do PAJ para o RDCA/PAJ do TDTA.	Alex Fagundes	Em Execução	junho/2023	abril/2024	dezembro/2023	Callto solicitado pela COGIT/Corporates		2138	SIM	https://github.com/STIC/SAF-Instalacao-Prod	DEN1: Promover a Transformação Digital	OPF1: Apoiar a governança de TIC e a proteção de dados	
PAJ - EREIC 2.0	Implantação do EREIC 2.0 (módulo de análise de Recursos de Revista integrado ao PAJ).	O EREIC atual é desatualizado (tecnologia antiga) e não é integrado ao PJE.	Atualização do programa de análise de recursos de revista integrada ao PJE, mais moderna e com novas funcionalidades.	O módulo EREIC 2.0 (integrado ao PAJ) foi instalado em produção em 05/03/21 com o versão 2.0 do PJE. No entanto, em razão de deficiências e bugs identificados, foi enviado com a Assessoria de Recursos de Revista que não está utilizado, tendo-se optado pelo uso do EREIC 2019 SP 1.0.2. Em Dezembro a versão do EREIC 2.0 foi atualizada junto com o versão 2.7 do PAJ. Em reunião com a Assessoria de Recursos de Revista em 16/11/2021, na qual foi apresentada esta nova versão, ficou definido que esta versão não será utilizada até que o TRT disponibilize a ferramenta de migração dos módulos de desatualizado. O TRT/DI disponibilizou ferramenta para migração dos módulos. E a seguir no dia 14/02/2022 (que estava de alguns meses de contrato). Realizado em análise conjunta com a Assessoria de Recursos de Revista no final de março/23. De 03/04/23, realizado novo teste com a Assessoria de Recursos de Revista e definida novamente pela suspensão do projeto, pois eles solicitaram junto ao comitê nacional o desenvolvimento de algumas funcionalidades imprescindíveis especificamente no que tange a gestão, distribuição e revisão dos processos de recurso de revista, funcionalidades para as quais o PAJ é mais limitado em relação ao EREIC/EREC/OP. A prioridade é área usual de segurança e liberação desses desenvolvedores, para posterior início da utilização do sistema. Enquanto isso, continuamos utilizando o EREIC/EREC/OP.	Alex Fagundes	Suspensão	2017/2021						3128	NÃO	https://github.com/STIC/SAF-Instalacao-Prod	DEN1: Promover Serviços de Infraestrutura e Inovação Corporativa	OPF1: Garantir a duração rotineira do processo
Implantação do versão 2.7 do módulo GEMINI	Implantação da nova versão do módulo GEMINI, com integração e ampliação do uso da ferramenta para os painéis de desburocratização.	O módulo GEMINI foi instalado em produção em 06/03/2021, juntamente com o versão 2.6 do PAJ. Para o projeto dessa implantação, foi criada o conclusão no PDOTIC/2021 a ação: "Implantação do GEMINI" e qual teve seu objetivo principal atingido. No entanto, com a instalação em produção da versão 2.7 do PAJ (em abril/21), houve mudanças e mudanças nesse módulo, de quais não são avaliadas. Além disso, o novo módulo precisa ser divulgado para os demais painéis, visto que foi utilizado basicamente no projeto piloto, pelo CJG-Análise de Recursos. Para isso, a presente ação foi criada no PDOTIC/2022.	Definição do tempo de implementação dos novos painéis de desburocratização de acordo com o plano de trabalho, visando a possibilidade de atuação em processos semelhantes selecionados para sistema, utilizando conhecimento comum entre eles.	Com o módulo instalado e o treinamento do TI, ficou suspenso, aguardando restrição do JRA PJE/2.48068 para que possa ser realizada a instalação do documento sem a exposição de dados sigilosos. Para a abertura da 23/04/23 "Pré-Instalação". Estima-se uma primeira versão em 2021, impossibilitando o avanço da instalação e demais aplicações resultantes dessa instalação no PAJ. Há previsão de migração? Condição liberada na versão 2.0 do PAJ e instalada em produção da 23/04/23, a qual precisa ser validada para ter seu parâmetro de uso liberado.	Alex Fagundes	Suspensão	dezembro/2021						2125	SIM	https://github.com/STIC/SAF-Instalacao-Prod	DEN1: Promover a Transformação Digital	OPF1: Garantir o duração rotineira do processo
Implantação do SCMP-PATRÃO/NO	Implantar sistema SCMP-PATRÃO/NO, em substituição ao sistema atual.	O sistema de PATRÃO/NO atualmente utilizado é desenvolvido em tecnologia obsoleta (desobsoletado). Atualmente o sistema instalado é o sistema SCMP, o qual o TRT24 desativou e disponibiliza ao TJ. Não há previsão de migração para o sistema atual. O sistema de PATRÃO/NO, além disso, o sistema SCMP para resumo e será nacional.	Utilização de um sistema em produção. O sistema de PATRÃO/NO atualmente utilizado é desenvolvido em tecnologia obsoleta (desobsoletado). Atualmente o sistema instalado é o sistema SCMP, o qual o TRT24 desativou e disponibiliza ao TJ. Não há previsão de migração para o sistema atual. O sistema de PATRÃO/NO, além disso, o sistema SCMP para resumo e será nacional.	SCMP-Jamovado implantado em produção e em uso. Ainda em utilização o sistema antigo de Patrão/NO, desenvolvido em Delphi. O sistema SCMP é utilizado apenas na tela inicial, devido ao seu módulo atual de PATRÃO/NO não ser implantado. Desenvolvedores próximos serão de migração de dados e aguardando validação de TI, para continuidade do processo de migração. Em paralelo (parê escopo de nova ação), o sistema SCMP atual será rescrito pelo TRT24 em nova tecnologia, corrigindo eventuais falhas de segurança.	Alex Fagundes	Em Execução	maio/2022	dezembro/2024	agosto/2022	dezembro/2023			1500	NÃO	https://github.com/STIC/SAF-Instalacao-Prod	DEN1: Apoiar a Governança e a Gestão	OPF1: Apoiar a governança e a gestão financeira

CANCELADOS

Serviço ABDM em nuvem (Saas)	Realizar a viabilidade técnica e financeira da contratação do serviço ABDM em nuvem (Saas) com posterior migração, se for o caso.	O sistema ABDM utilizado pelo Memorial é uma ferramenta software livre atualmente instalada e gerenciada localmente na SETIC. O projeto consiste em migrar o sistema para o ambiente de nuvem.	Liberação de recursos humanos atualmente envolvidos na gestão e atualização de infraestrutura do ABDM.	Consultas em março/22. Motivo: a ação de "Preservação digital e gestão documental apoiada na implantação do módulo RDCA/PAJ para processos eletrônicos ou processos físicos digitalizados" é uma ação que faz parte de um projeto maior e que depende da migração de dados do sistema Arquivamento com o ABDM, para o tratamento do acervo de processos. Observando que a infraestrutura de nuvem, inicialmente está prevista para ser implantada local.	Alex Fagundes	Cancelado	agosto/2022	junho/2022					2625	NÃO		DEN1: Apoiar a Governança e a Gestão	OPF1: Fortalecer a governança e a gestão estratégica
EXE-PA	Implantar o sistema sigiloso EXE-PA em unidades de 1º grau.	Permitir o registro e a consulta de forma ampla pelas unidades judiciais de bens patrimoniais, bem como o status de bucaas de bens ou valores já realizadas em fase de execução.	Reduzir retrabalho de diferentes unidades na busca de bens ou valores das mesmas acompanhas. Compartilhamento de informações sobre bens ou valores entre todas as unidades. Reconhecimento do trabalho das Oficiais de Justiça.	Sistema está instalado no ambiente de produção, com o parâmetro que a habilita dependendo da categoria do usuário ou nome. Capacidades e tratamentos realizados pelo EJE e pelo processo de Execução. Iniciado em novembro/23 pelo do Central de Mandados POC com 1 usuário e em março/23 expandido para todos usuários dessa unidade. Após, poderia ser disponibilizado para outras unidades. Ação cancelada em abril/2023. Motivo: SNGB (Sistema Nacional de Gestão de Bens) disponibilizado pelo CNJ. Sua utilização depende da área de registro e o que envolve instalação por parte da SETIC. Além disso, o CJST decidiu a não migração do EXE-PAJ no momento, pois será adequado para ser integrado ao SNGB. Com isso, ação cancelada. Uma nova ação deve ser aberta quando necessário.	Alex Fagundes	Cancelado	março/2023	junho/2023	dezembro/2022				2625	SIM		DEN1: Promover a Transformação Digital	OPF1: Garantir a duração rotineira do processo

COORDENADORIA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS (CSIPD)

Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido (justificativa)	Benefícios Estimados	Posição Atual	GR/Responsável	Status	Início Previsto (real)	Entrega Prevista Final Prevista (real)	Início Previsto anterior (histórico)	Entrega Prevista Final Prevista anterior (histórico)	Custo Estimado	Custo Realizado	PROCECA CAD (TOTAL)	É uma Transformação Digital? (PTDI)	Link GitHub	Objetivo Estratégico Específico	Objetivo Estratégico Global
Implantação de solução para conscientização de segurança da informação por meio de capacitação	Disponibilizar para usuários uma forma mais interativa, dinâmica, interessante e eficaz para abordar temas de conscientização de segurança da informação, por meio de capacitação.	Baixa interesse e adesão dos usuários às ações propostas sobre segurança da informação, gerando baixo conhecimento sobre esse tema por parte dos usuários, gerando maior probabilidade de exposição ao ambiente tecnológico aos riscos de segurança.	Oferecer maior interesse e participação dos usuários nas ações de conscientização sobre segurança da informação, gerando maior conhecimento sobre esse tema por parte dos usuários, gerando maior probabilidade de exposição ao ambiente tecnológico aos riscos de segurança.	Tema de Referência consultado em 2019/23 para CSIPD e encaminhado para SACTIC. Phegão realizado em 23/11 em fase final de validação do slide/arte.	Lucia Pozzati	Em Execução	março/2023	dezembro/2024	dezembro/2023				3250	SIM		DEN1: Apoiar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPF1: Apoiar a governança de TIC e a proteção de dados
Implantação de solução SOC (Security Operation Center /MCR Managed Detection and Response)	Contratar serviço gerenciado de segurança para monitoramento e resposta a eventos de segurança da informação no ambiente tecnológico do TRT.	Devido à crescente necessidade de proteção do ambiente tecnológico, cada vez mais soluções de segurança passam a fazer parte do dia a dia de ferramentas. Isso faz com que sejam necessários dispositivos externos em diferentes contextos, impossibilitando a equipe do CSIPD, que é bastante enxuta, de analisar proativamente de forma eficiente o que está ocorrendo no ambiente, de forma que se tenha uma visibilidade satisfatória.	Acesso de neurdes humanos e tecnológicos para gestão da informação. Conformidade com melhores práticas de segurança da informação. Aumento da capacidade de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação, com maior produtividade.	Não iniciado. A princípio foram adeesado a ato do TRT/22 para contratação de solução de XDR, contemplando o serviço de monitoramento do ambiente tecnológico e resposta a incidentes de segurança. TRT/22 tinha como meta realizar a aquisição em maio de 2023.	Lucia Pozzati	Não Iniciado	A definir	A definir				R\$ 125.114,94		NÃO		DEN1: Apoiar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPF1: Apoiar a governança de TIC e a proteção de dados

Renovação de Impressoras Multifuncionais	<p>Objetivo: Aquisição e instalação de 409 multifuncionais para substituição das multifuncionais Lexmark MX811, que estão em uso atualmente e sem garantia desde 2016. As novas multifuncionais serão compradas com 02 anos de garantia, com fornecimento de toner adicional para até 30.000 páginas e serviço de transporte e instalação dos equipamentos.</p> <p>O que foi feito: Aquisição e instalação de 409 multifuncionais para substituição das multifuncionais Lexmark MX811, que estavam em uso e sem garantia desde 2016 e Lexmark MX811, que estavam em uso e sem garantia desde 2016. As novas multifuncionais foram compradas com 02 anos de garantia, com fornecimento de toner adicional para até 30.000 páginas e serviço de transporte e instalação dos equipamentos. Realizada no período: 12 impressoras Lexmark MX811 e 202 impressoras Lexmark M810.</p> <p>Obs: No PLSB (Plano de Logística Sustentável) a meta para 2028 era no máximo 405 impressoras no total, contanto também com as existentes, entre as corporativas e isetas. Por isso o limite de compra de 409 impressoras multifuncionais.</p>	<p>Estimado / Realizado: Atualização de parques de impressoras multifuncionais no Tribunal, com as especificações garantidas atualizadas. Disponibilizar aos usuários impressoras multifuncionais novas, com configuração assíncrona e recursos mais avançados com a possibilidade de digitalizar gerando um pdf pesquisável (OCR).</p>	<p>Instalações iniciadas pelo fornecedor a partir de 26/09/2021. Todas as 409 impressoras foram instaladas até 10/ago/2021.</p>	<p>Fausto Medaglia</p>	<p>Concluído</p>	<p>junho/2021</p>	<p>agosto/2021</p>	<p>setembro/2021</p>	<p>RES 156.436/00 (Cota 40 e PLSB 710/00)</p> <p>6000</p> <p>NÃO</p> <p>DENE: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas</p>
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (CDS)	<p>Objetivo: Implementar todos os sistemas nacionais e seus satélites para que o TRT4 passe a maior integração os pagamentos através do Fofwahr e em eventos de segurança. O que foi feito: Implantação dos sistemas nacionais e seus satélites para que o TRT4 passe a maior integração os pagamentos através do Fofwahr, Modulo que estava em produção até 2022. SISEP Modulo Principal, SISEP Caixa, Fofwahr, SISEP, ELDJ, Controlador central de integração SISEP/CAIXA, GEST e GCEC. Além disso, os eventos do SISEP foram enviados nos prazos legais.</p>	<p>Estimado: Patrocinadora nacional de câmbios e pagamentos. Produtividade, controle e padronização na gestão de pessoas e pagamentos na Justiça do Trabalho.</p>	<p>O novo sistema de consórcios teve sua licitação homologada em novembro/21 e foi integrado em produção no Fofwahr em janeiro/22. Folha de pagamento de janeiro/22 foi integrada para o Fofwahr. Durante o ano de 2022, realizou acompanhamento de seu funcionamento. Folha líquida será descontada final de dezembro/22. Eventos do eLicitou foram enviados nos prazos legais. Implantação de novos módulos do SISEP e eventos de segurança na nova ação aberta para essa fm.</p>	<p>Marcelo Zamboni</p>	<p>Concluído</p>	<p>09/06/2016</p>	<p>30/12/2022</p>		<p>4250</p> <p>SI</p> <p>DENE: Promover a Transformação Digital</p>
Documentação de integrações entre sistemas	<p>Objetivo: Documentar tecnicamente as dependências de integrações entre os sistemas estratégicos do Tribunal. Escopo são as integrações dos sistemas PA e SISEP. O que foi feito: Documentar tecnicamente as integrações entre os sistemas estratégicos do Tribunal. PA e SISEP. Foram documentados no Chaculium, todos os pontos de integração como views, webServices e procedures que consomem ou são consumidos pelos sistemas PA e SISEP, bem como, definições de processos de manutenção e atualização dessas integrações documentadas.</p>	<p>Estimado: Realização de risco de impactos de troca de versão do PA e SISEP. Realizado: Realização de risco de impactos de troca de versão do PA e SISEP. Documentação centralizada em uma única ferramenta (Chaculium). Definição procedimento de atualização. Conhecimento documentado e completo, de fácil acesso, de todos as integrações com o sistema SISEP e com o sistema PA, facilitando qualquer manutenção e levantamento de informações necessárias.</p>	<p>Ação levou está respondida para 2021. Na revisão do PCT/2020, definiu que o escopo são as integrações dos sistemas PA e SISEP e definiu a continuidade do levantamento. As informações estão sendo registradas no Chaculium, indicando o estado de integração como views, webServices e procedures) que consomem ou são consumidos por esses sistemas. Levantamento concluído em maio/23.</p>	<p>Fausto do Carmo</p>	<p>Concluído</p>	<p>junho/2021</p>	<p>junho/2022</p>		<p>7750</p> <p>NÃO</p> <p>DENE: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão</p>
Evolução do Sistema Nacional de Escolas Judiciais	<p>Objetivo: Aprimorar o sistema desenvolvido para a Escola Judicial pelo TRT da 2ª Região, de forma a atender as necessidades de todas as Escolas de Justiça do Trabalho e a tornar o sistema nacional, integrado ao SISEP no que for necessário, conforme definição do Conselho Superior de Justiça do Trabalho. O que foi feito: Evolução e aprimoramento do Sistema Nacional de Escolas Judiciais, integrado ao SISEP, conforme definições do CSJT. Versões liberadas: Versão 2.0 (30/11/2021) no TRT4, 18/12/2021 para os demais Regionais; aprovação para o SISEP; distribuição em Docker; envio de Banco de Dados com Licenças certificado enviado segundo modelo nacional da CENAMAT; evento interespacial; importação de planilha de inscritos; possibilidade da Escola Judicial enviar e participar de inscrição. Versão 2.1 (12/05/2022) Avaliação de Aprendizagem novo status de evento (Contratação e Desvinculação), envio do Objetivo Estratégico de Justiça do Trabalho, plano do evento, lista de Gerenciamento de inscrições, avaliação em eventos por Planeta. Versão 2.2 (18/09/2022) autenticação com Keycloak; importação de planilha de turmas; reatualização de credenciais; reatualização de inscricoes; validação de certificado. Versão 2.3 (30/11/2022) Relatório Gerencial para acompanhamento do desenvolvimento Gerencial das servicoes, de acordo com o portão e até 2022, para ser os dados do TCE, Conselho Superior de Justiça do Trabalho e a identificação de recursos necessários, através da declaração de requisitos para a utilização do Módulo de Dados do SISEP; cumprimento de requisitos de avaliação de acessibilidade; implementação para o SISEP de carga horária individualizada para cada docente.</p>	<p>Estimado/Realizado: Uso de sistema unificado para gestão das diversas atividades das escolas judiciais necessárias das Varas do Trabalho. Desde 2021 novas funcionalidades vem sendo desenvolvidas, necessárias para sua evolução.</p>	<p>Sistema homologado pela Escola Judicial e em produção na segunda quinzena de outubro/21. Primeira entrega nacional para produção feita em dez/21. Segunda entrega nacional feita em maio/22 e terceira entrega nacional feita em agosto/22, com evolução de funcionalidades e melhorias (performance, autenticação via Keycloak). Quarta entrega nacional feita em novembro/22.</p>	<p>Marcelo Zamboni e André Galina</p>	<p>Concluído</p>	<p>fevereiro/2021</p>	<p>dezembro/2022</p>		<p>4000</p> <p>SI</p> <p>DENE: Promover a Transformação Digital</p>
FAE 3.0 - Evolução do Sistema de Apoio à Execução	<p>Objetivo: Aprimorar o Sistema de Apoio à Execução (FAE) para atender novas necessidades necessárias pelo Juízo Auxiliar de Execução, como a incorporação de consultas atualizadas em convênios, preferencialmente a partir de webServices com as instituições, entre outros. O que foi feito: Evolução do sistema de Apoio à Execução (FAE) para atendimento de novas necessidades elencadas pelo Juízo Auxiliar de Execução. Foi convênio com a Receita Federal; apresentação para a Companhia, que necessita definir início de sua utilização. Existe conflito com o sistema Siger do CNJ. ZP primeira versão do apresentando dos cálculos do PJe-Calc na FAE entregue para homologação pelo usuário, que precisa definir sobre sua utilização. Disponibilização de subrotinas de diretrizes no processo (provimento 273/2020 e 263/2022), validado para Companhia e implementado em produção em novembro/22.</p>	<p>FAE 2.0 desenvolvida em 2020, foi uma importante evolução da versão anterior, focada nas necessidades das Varas do Trabalho. Desde 2021 novas funcionalidades vem sendo desenvolvidas, necessárias para sua evolução.</p>	<p>Conteúdo. Caso a área usuária apresente novas necessidades, novas ações devem ser abertas.</p>	<p>Lucia Ispiranza</p>	<p>Concluído</p>	<p>junho/2022</p>	<p>dezembro/2022</p>		<p>2500</p> <p>SI</p> <p>DENE: Promover a Transformação Digital</p>
Migração parcial dos portais do JINTRA	<p>Objetivo: Migrar, implementando novamente sistemas e serviços caso necessário, ambiente portal antigo internet, desde portal antigo extranet e 30s portal antigo internet, mantendo os dados existentes. O que foi feito: Realização de sistema de Apoio à Execução (FAE) para atendimento de novas necessidades elencadas pelo Juízo Auxiliar de Execução. Foi convênio com a Receita Federal; apresentação para a Companhia, que necessita definir início de sua utilização. Existe conflito com o sistema Siger do CNJ. ZP primeira versão do apresentando dos cálculos do PJe-Calc na FAE entregue para homologação pelo usuário, que precisa definir sobre sua utilização. Disponibilização de subrotinas de diretrizes no processo (provimento 273/2020 e 263/2022), validado para Companhia e implementado em produção em novembro/22.</p>	<p>Estimado/Realizado: Padronização de ambientes e tecnologias adotadas para portais. Redução de vulnerabilidades de segurança.</p>	<p>Jobs portal internet já foi desenvolvido. Jobs portal extranet e internet ainda dependem de algumas migrações e convênios de sistemas. Análise de valores IPCA e APEX para módulo de classificador Banco de dados desenvolvido em 15/02/2022, autorizado por Jefferson Andrade-Compedgia; Banco de dados desenvolvido para extranet em 04/04 (autorizado/22). Em fevereiro/22 Jefferson Andrade autorizou retirada. Retirada em julho/22 do Google Sites. Páginas de Alter nomeações - Comentários de 1ª Grau página migradas para o VOR em 22/05/2022, sessões pela página principal da Compedgia (autorizada por Jefferson Andrade). Formulário de solicitação de documentos (Contrato/Contrato Processual) nova aplicação disponibilizada em produção em julho/22. Exatente extranet antiga redesignado em junho/22. Última aplicação migrada: consulta do contrato para apresentações concluído. Banco PJeCalc: desenvolvido em setembro/22. Autorização de acesso aos dados do IRPF: desenvolvido em fevereiro/23, substituído por homologação do SISEP. Sistema de controle de comunicações: desenvolvido dia 01/03/2023. OSB (Google Search Appliance): substituído para reatualização de documentos do site no Elastic Search. Concluído em 11/fevereiro/23. A migrar e desativar Padronização eletrônica PJe e VPE (visualizador de petições eletrônicas): Jefferson Andrade tinha autorizado a desativação desse sistema a partir de 01/fevereiro/2023. Sua desativação depende da finalização do processo de aprimoramento definitivo do processo Fofwahr. Outras nomeações a Senha WEL desenvolvidas, sendo substituído por outra solução. OSB: Para o próximo PDTC, realizar levantamento de todas as aplicações ainda pendente de migração e até lá nova ação, contemplando as acima ainda não migradas e as novas identificadas.</p>	<p>Rubilar</p>	<p>Concluído</p>	<p>agosto/2021</p>	<p>dezembro/2023</p>	<p>dezembro/2022</p>	<p>2500</p> <p>NÃO</p> <p>DENE: Promover a Transformação Digital</p> <p>DENE7: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados</p> <p>OPF10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados</p>
Assistente de Sentenças (Assis)	<p>Objetivo: Estudar um mecanismo de automação para reduzir sentenças em processos de verbos restituções. O que foi feito: Construído protótipo para automação de elaboração de minutos de sentenças em processos de verbos restituções, utilizando tecnologia desenvolvida com IA (Inteligência Artificial), automatizando base de dados de verbos e OCR. O OCR (instrumento) utiliza de caracteres fixo utilizado para extração de informações em documentos não estruturados, isto é, que não constam em tabelas, como os Termos de Realização do Contrato de Trabalho concluído no PJe.</p>	<p>Estimado: Acelerar o processo de prolação de determinadas sentenças.</p>	<p>Dia 14/04 entrega verbal inicial do protótipo para início dos testes pela Dra Rose Engelle. Ação concluída em dez/22.</p>	<p>Fabio Garcia</p>	<p>Concluído</p>	<p>21/02/2022</p>	<p>dezembro/2022</p>	<p>junho/2022</p>	<p>1750</p> <p>SI</p> <p>DENE: Promover a Transformação Digital</p>
Pesquisa de Precedentes Qualificados (Pangas)	<p>Objetivo: Demandar do Vice-Procurador, que visa reunir em uma só página a pesquisa por precedentes qualificados do TRT4, TST e STJ. O que foi feito: Disponibilizar sistema Pangas Pesquisa de Precedentes Qualificados, o qual possibilita em um só lugar a pesquisa de Precedentes Qualificados do TRT4, TST e STJ.</p>	<p>Estimado: Permitir que os magistrados e seus assistentes, além de selecionar, consigam acompanhar de maneira mais fácil os precedentes de observância obrigatória. Com isso, ganharão tempo de trabalho, valorizando a jurisprudence e segurança jurídica.</p>	<p>Concluído em 30/maio/22.</p>	<p>Fabio Garcia</p>	<p>Concluído</p>	<p>22/02/2022</p>	<p>30/05/2022</p>	<p>22/05/2022</p>	<p>4625</p> <p>SI</p> <p>DENE: Promover a Transformação Digital</p>
Revisão do Guia para Implementação Seguro de Software (Processo de Segurança Cibernética)	<p>Objetivo: que foi feito: Revisar o Guia para Desenvolvimento Seguro de Software, elaborado em 2016, a fim de revisar e atualizar o conteúdo necessário, buscando aprimorar os tópicos mais relevantes para a realidade do desenvolvimento de sistemas do TRT4.</p>	<p>Estimado: Disponibilidade de Guia atualizado com orientações para Desenvolvimento Seguro de Software.</p>	<p>Reformulação do guia concluído. Dia 21/março/23 haverá reunião de divulgação para servidores da SETC.</p>	<p>Lucia Ispiranza</p>	<p>Concluído</p>	<p>junho/2022</p>	<p>março/2023</p>	<p>dezembro/2022</p>	<p>2750</p> <p>NÃO</p> <p>DENE: Promover a Transformação Digital</p> <p>DENE7: Aprimorar a governança de informação e a Gestão de Dados</p> <p>OPF10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados</p>
Migração do versão do BD Oracle para o 19c (parcial)	<p>Objetivo: Realizar a migração dos sistemas elencados, do Oracle 11g para o 19c. Inicialmente, durante o ano de 2022 sendo migrados os sistemas contemplados na seguinte ação de prioridade 1. E em 2023, os sistemas NovasAtas, ELDJ e SISEP. O que foi feito: Migração de sistemas que foram definidos em andamento (SISEP e Folha Web), do Oracle 11g para o 19c. Novos sistemas que utilizam Oracle já estão sendo instalados no versão 19c, como o caso dos sistemas de BI.</p>	<p>Estimado / Realizado: Realização de backup e segurança jurídica por meio da aplicação de bases já sedimentadas em decisões anteriores. Banco de dados atualizados com orientações para Desenvolvimento Seguro de Software. Redução de riscos de ataques cibernéticos ao TRT4, por meio da implementação de soluções de segurança. Atendimento ao Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PP-CC).</p>	<p>Migrados os sistemas que foram definidos até momento (SISEP e Folha Web), do Oracle 11g para o 19c. Novos sistemas que utilizam Oracle já foram sendo instalados no versão 19c, como o caso dos sistemas Infor. RH artigo e Folha líquida a princípio não serão migrados, pois serão desativados. Sistema de gestão pública que atualmente ainda está no Oracle 11c. NovasAtas, ELDJ e parte dos sistemas de IA. Confirma reunião da 26/maio/23. CDS, CT/SIGED e EPJ. SIGED realizou a não continuidade das migrações, pois identificou que antes de ser necessário a ampliação do ambiente em que o Oracle 19c está instalado. Com isso, a presente ação está sendo concluída, com o registro do que foi feito. Nova ação deve ser aberta e planejada, após a reatualização do upgrade na infraestrutura.</p>	<p>Fausto do Carmo</p>	<p>Concluído</p>	<p>01/07/2022</p>	<p>junho/2023</p>	<p>dezembro/2023</p>	<p>1125</p> <p>NÃO</p> <p>DENE: Promover a governança de TIC e a Gestão de Dados</p>

<p>PJ 2.0 - Unificação/desduplicação de Casos de Pessoas Físicas e jurídicas e endereços</p> <p>Objetivo: Colaborar com os Tribunais de JF para o desenvolvimento das seguintes funcionalidades no PJ para a arquitetura 2.0. O desenvolvimento de funcionalidades de pessoas físicas, jurídicas e endereços cadastradas no PJ com as seguintes características: compatível com a nova arquitetura tecnológica definida pelo CSJT, interface com a unidade de usabilidade com recurso que proporcione facilidade na manutenção de dados das pessoas cadastradas no PJ.</p> <p>Q que foi feito: Liberação funcionalidade no PJ que permite a unificação/desduplicação do cadastro de pessoas físicas, jurídicas e seus endereços.</p> <p>Detalhamento: O sistema permite o cadastro de pessoas e endereços sem que seja informado o documento de identificação (CPF/CNPJ), possibilitando assim a inclusão de várias ocorrências de cadastro para a mesma pessoa. A nova funcionalidade permite que, quando o documento de identificação for informado, o usuário consiga unificar os vários cadastros (caso houverem) para a mesma pessoa/endereço.</p>	<p>Atender à solicitação do CSJT para o desenvolvimento das seguintes funcionalidades no PJ:</p> <p>Unificação/desduplicação de cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas</p> <p>Unificação/desduplicação de cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas e endereços</p> <p>Essas funcionalidades são necessárias, pois o PJ permite que advogados realizem, ao protocolar um novo processo, o cadastramento de pessoas e suas jurídicas sem identificação de CPF ou CNPJ, gerando cadastros duplicados inconsistentes.</p>	<p>Estimado: Adiência à nova arquitetura de software do PJ 2.0. Melhor usabilidade no procedimento de cadastro de pessoas físicas e jurídicas e seus endereços.</p> <p>Realizado: Adiência à nova arquitetura de software do PJ 2.0. Eliminação de cadastros duplicados com a funcionalidade de unificação do cadastro de pessoas físicas, jurídicas e endereços. Melhor ocorrência de erro de cadastro.</p>	<p>Unificação/desduplicação de cadastro de Pessoas Físicas e jurídicas concluídas, liberadas na versão 2.0.0 do PJ (em produção no TRT4 em 08/09/2022). Unificação e endereços concluída em agosto/22 e está em validação no CSJT (governante será liberado na versão 2.0.0).</p>	<p>Fabio Garcia</p> <p>Concluído</p> <p>14/02/2022</p> <p>(setembro/2022)</p> <p>30/09/2022</p>	<p>2125</p> <p>SI-M</p> <p>https://pjm.trt4.jus.br/visualizarProcesso/2125/2022</p>	<p>CIENZ Promover e Transformação Digital</p>
<p>ALCJ4 - Implantação do Sistema de Autenticação de Justiça do Trabalho - 2022</p> <p>Objetivo: Disponibilizar novas funcionalidades no ALCJ4 durante o ano de 2022 de acordo com definições do CNJ do CSJT, como: edição de autuantes pré-ativos, edição de autuantes de autuação e autuação de autuantes e JAC, qualificação de testemunhas, alterações no registro de presença das partes, entre outras.</p> <p>Q que foi feito: Disponibilizadas novas funcionalidades no ALCJ4 durante o ano de 2022 de acordo com definições do CNJ do CSJT como edição de autuantes pré-ativos, edição de cargo de assessor de JAC, qualificação de testemunhas, entre outras, conforme lista abaixo.</p> <p>Versão 1.1.1 (07/2022): melhorias na integração com o Zoom na aba IRMS Versão 1.1.1 (07/2022): melhorias na integração com o Zoom na aba IRMS Versão 1.2 (07/2022): incorporação melhorias no formulário do sistema em geral e especificamente no formulário de Conciliação Versão 1.3 (05/2022): adaptação para compatibilidade com o modo avançado do protocolo HTTP, atualizadas informações e bases de cálculo IRMS 2022, alterações na integração ALM, Zoom e atualização dos parâmetros a serem do IRPJ e do IRRF da restritiva do IRIS Versão 1.2.0 (06/2022): cancela das custas nos autuantes de equipamento e desistência; possibilidade de criação de autuantes (em unidades ou em magistrado) que enviem informações de PJ, possibilidade de criação dos autuantes durante a edição da JAC, inclusão opção para autuar representante e advogado a todos os integrantes do polo (no passivo) e a determinadas partes, possibilidade de configurar o título no magistrado, alteração no controle de mensagens baseado no sistema de regras no envio das informações de Zona ao ALCJ4.</p> <p>Versão 1.3.0 (versão enviada ao CSJT em 11/2022, ainda não disponibilizada) (acompanhamento - possibilidade de, durante a edição da ata, cadastrar e buscar testemunhas cadastradas; impossibilidade de criar área nos calendários restritiva da IR e IRMS para ser utilizadas e ícones do banco de dados; manutenção para regular 14.</p>	<p>O ALCJ4 o sistema definido pelo CSJT para ser usado em todas autuações de Justiça do Trabalho e está em constante, e fim de melhor apoiar a edição das atas autuantes e assim facilitar o trabalho dos secretários de autuação e magistrados. As novas funcionalidades a serem implementadas são definidas pelo CNJ do CSJT, desde que respeitadas em 2021, o CSJT realizou levantamentos de novas necessidades, sendo várias desenvolvidas, priorizadas e realizadas em 2020/2021. Em 2021, foi aceita a opção PJTIC, que registra as autuações eletrônicas. A presente ação visa registrar as alterações de 2022.</p>	<p>Estimado/Realizado: Melhor facilidade e aplicadas na edição das atas de autuação (depois de acordadas de autuação e magistrados).</p>	<p>Concluído: Registrações as melhorias realizadas durante o ano de 2022</p>	<p>Lucia Speranza</p> <p>Concluído</p> <p>07/01/2021</p> <p>(dezembro/2022)</p>	<p>3768</p> <p>SI-M</p> <p>https://pjm.trt4.jus.br/visualizarProcesso/3768/2022</p>	<p>CIENZ Promover e Transformação Digital</p>
<p>Atualização do sistema de Promoção de JACZ da 1ª Caju</p> <p>Objetivo: Modificar o sistema de Promoção de JACZ de acordo com as definições da corregedoria.</p> <p>Q que foi feito: Sistema de Promoção de JACZ ajustado a fim de atender os novos critérios estatísticos para concessão, devendo o sistema ainda mais automatizado.</p>	<p>O sistema de Promoção de JACZ permite acelerar o processo de promoção, fornecendo um sistema único ao magistrado, podendo analisar cada juiz por uma série de critérios. Isso sendo realizadas modificações nos critérios avaliativos e com isso são necessárias alterações no sistema.</p>	<p>Estimado/Realizado: Acelerar o processo de promoção e padronizar os critérios utilizados.</p>	<p>Concluído: Será utilizado em produção dia 30/09/2022</p>	<p>Felipe Levin</p> <p>Concluído</p> <p>março/2022</p> <p>(dezembro/2022)</p>	<p>3250</p> <p>SI-M</p> <p>https://pjm.trt4.jus.br/visualizarProcesso/3250/2022</p>	<p>CIENZ Promover e Transformação Digital</p>
<p>Atualização da ACA (Ata de Correção Automática)</p> <p>Objetivo: Modificar a Ata de Correção Automática de acordo com as definições da corregedoria.</p> <p>Q que foi feito: Realizadas modificações na Ata de Correção Automática (ACA), conforme determinações da corregedoria. As modificações contemplam a automatização do preenchimento das novas metas do CNJ e alterações técnicas com utilização de fontes padronizadas.</p>	<p>A Ata de Correção Automática permite à Corregedoria registrar a Ata de Correção com muito mais celeridade, gerando tanto pedido e dados estatísticos de forma automática. Isso sendo realizadas modificações nos critérios avaliativos das unidades. Com isso, são necessárias alterações no sistema para adequação às novas especificações.</p>	<p>Estimado: Analisar a conformidade da Correção regist e Ata de Correção com o novo manual celebratório, gerando tanto pedido e dados estatísticos de forma automática. Isso sendo realizadas modificações nos critérios avaliativos das unidades. Com isso, são necessárias alterações no sistema para adequação às novas especificações.</p>	<p>Concluído em julho/22</p>	<p>Felipe Levin</p> <p>Concluído</p> <p>junho/2022</p> <p>(dezembro/2022)</p>	<p>3768</p> <p>SI-M</p> <p>https://pjm.trt4.jus.br/visualizarProcesso/3768/2022</p>	<p>CIENZ Promover e Transformação Digital</p>
<p>Adaptação dos painéis de BI para futura de dados do SICEP</p> <p>Objetivo: Alimentar o BI e o painel de SICEP.</p> <p>Q que foi feito: Alterado o processo de carga de dados oriundos do sistema antigo do RH para o BI. A fim de facilitar a carga de dados no novo sistema (SICEP). Ao todo foram migradas 17 fontes de dados existentes.</p>	<p>O sistema legado RH está sendo substituído pelo SICEP, que passa a ser o sistema legado de RH. Isso sendo realizado a fim de facilitar a carga de dados para o BI e a ser dados do SICEP.</p>	<p>Esperado: Forma de dados única para dados de recursos humanos.</p> <p>Realizado: Forma de dados única para dados de recursos humanos. Eliminar dependência com o sistema de RH antigo, contribuindo para permitir sua desatualização.</p>	<p>Ao todo foram migradas as 17 fontes de dados existentes, que possuem dados do sistema antigo RH para o BI.</p>	<p>Felipe Levin</p> <p>Concluído</p> <p>setembro/2022</p> <p>(março/2022)</p>	<p>2625</p> <p>SI-M</p> <p>https://pjm.trt4.jus.br/visualizarProcesso/2625/2022</p>	<p>CIENZ Promover e Transformação Digital</p>
<p>Automatização de procedimentos repetitivos não realizados em lote - 2022</p> <p>Objetivo: Desenvolver rotinas para executar operações repetitivas realizadas em grande volume, assim como a regular e registrar o número desenvolvido durante o ano de 2022, com o intuito de otimizar o processo de trabalho, evitando assim a necessidade de identificação ao longo e do ano e normalmente precisam ser atendidas em curto espaço de tempo.</p> <p>Q que foi feito: Rotina liberada em 2022.</p> <p>1) Risco: CTRVZ (para a base GRU) no site da Fazenda: Liberado em 10/12/21 não foi reportado no PJTIC; anterior: ANE 14/abril/2022, base 192 GRU, economizando 1 dia útil de trabalho do servidor.</p> <p>2) Risco: FICZ (para a base GRU) no site da Fazenda: Liberado em 10/12/21 não foi reportado no PJTIC; anterior: ANE 14/abril/2022, base 192 GRU, economizando 1 dia útil de trabalho do servidor.</p> <p>3) Risco: FICZ (para a base GRU) no site da Fazenda: Liberado em 10/12/21 não foi reportado no PJTIC; anterior: ANE 14/abril/2022, base 192 GRU, economizando 1 dia útil de trabalho do servidor.</p> <p>4) Risco: FICZ (para a base GRU) no site da Fazenda: Liberado em 10/12/21 não foi reportado no PJTIC; anterior: ANE 14/abril/2022, base 192 GRU, economizando 1 dia útil de trabalho do servidor.</p> <p>5) Risco: FICZ (para a base GRU) no site da Fazenda: Liberado em 10/12/21 não foi reportado no PJTIC; anterior: ANE 14/abril/2022, base 192 GRU, economizando 1 dia útil de trabalho do servidor.</p> <p>6) Risco: FICZ (para a base GRU) no site da Fazenda: Liberado em 10/12/21 não foi reportado no PJTIC; anterior: ANE 14/abril/2022, base 192 GRU, economizando 1 dia útil de trabalho do servidor.</p> <p>7) Risco: FICZ (para a base GRU) no site da Fazenda: Liberado em 10/12/21 não foi reportado no PJTIC; anterior: ANE 14/abril/2022, base 192 GRU, economizando 1 dia útil de trabalho do servidor.</p> <p>8) Risco: FICZ (para a base GRU) no site da Fazenda: Liberado em 10/12/21 não foi reportado no PJTIC; anterior: ANE 14/abril/2022, base 192 GRU, economizando 1 dia útil de trabalho do servidor.</p> <p>9) Risco: FICZ (para a base GRU) no site da Fazenda: Liberado em 10/12/21 não foi reportado no PJTIC; anterior: ANE 14/abril/2022, base 192 GRU, economizando 1 dia útil de trabalho do servidor.</p> <p>10) Risco: FICZ (para a base GRU) no site da Fazenda: Liberado em 10/12/21 não foi reportado no PJTIC; anterior: ANE 14/abril/2022, base 192 GRU, economizando 1 dia útil de trabalho do servidor.</p> <p>11) Risco: FICZ (para a base GRU) no site da Fazenda: Liberado em 10/12/21 não foi reportado no PJTIC; anterior: ANE 14/abril/2022, base 192 GRU, economizando 1 dia útil de trabalho do servidor.</p>	<p>Operações repetitivas em sistemas necessitam de serem executadas pelo usuário, geralmente no sistema legado, no qual poderiam estar realizando outras ações. Por outro lado, a implementação de melhorias em sistemas para viabilizar processos em lote, em um mesmo lote de execução de desenvolvimento, que podem estar com outras prioridades no mesmo lote, sendo a responsabilidade do usuário. Assim, é importante considerar a redução do número de servidores do TRT4 e a necessidade de automação de operações.</p>	<p>Estimado/Realizado: Lançamento de tempo do usuário para realização de outras atividades, que não sejam de procedimentos repetitivos. Considerando o número de servidores de desenvolvimento e as execuções do ano 2022 e anos anteriores, o tempo total economizado ao o momento 14/abril/2022 foi de 830 dias úteis de um servidor (ou 31 anos, 6 meses e 5 dias de trabalho).</p>	<p>Recom desenvolvido durante o ano de 2022, conforme resultado junto ao objetivo.</p>	<p>Frederico Carvano</p> <p>Concluído</p> <p>junho/2022</p> <p>(dezembro/2022)</p>	<p>3125</p> <p>SI-M</p> <p>https://pjm.trt4.jus.br/visualizarProcesso/3125/2022</p>	<p>CIENZ Promover e Transformação Digital</p>
<p>Portal de Transparência de Licitações e Contratos</p> <p>Objetivo: Disponibilizar Portal de Transparência de Licitações e Contratos, contendo dados de transparência dos processos de licitações, compras, contratos, aditivos e apostilas, registro de preços, aditivos e participações.</p> <p>Q que foi feito: Disponibilizado o Portal Público externo, contendo dados de transparência dos processos de licitações, compras, contratos, aditivos e apostilas, registro de preços, aditivos e participações. Disponibilizado para os usuários internos, das áreas de registro, um novo módulo para geração e conferência de documentos associados a esses processos. O perfil pode ser acessado em: https://trt4.jus.br/pjpublico</p>	<p>Os servidores para essa ação são de 14 133/2021 e a criação do ranking da Transparência do Poder Judiciário controlado pelo CNJ, os quais estabelecem princípios como a publicidade e a transparência dos atos praticados por gestores e órgãos públicos.</p>	<p>Estimado/Realizado: Atendimento à lei de transparência no 14 133/2021 e a criação do ranking da Transparência do Poder Judiciário controlado pelo CNJ, os quais estabelecem princípios como a publicidade e a transparência dos atos praticados por gestores e órgãos públicos.</p>	<p>Concluído em abril/22</p>	<p>Rubair</p> <p>Concluído</p> <p>outubro/2021</p> <p>(abril/2022)</p>	<p>3125</p> <p>SI-M</p> <p>https://pjm.trt4.jus.br/visualizarProcesso/3125/2022</p>	<p>CIENZ Promover e Transformação Digital</p>
<p>Tratamento dos processos físicos arquivados provisoriamente no INFCZ</p> <p>Objetivo: O objetivo principal é tratar os processos físicos arquivados provisoriamente no INFCZ e que ainda não foram migrados para o PJ. Para a realização e acompanhamento definitivo em lote, conforme critérios definidos pelo JAC e Corregedoria, permanecendo no INFCZ os processos não migrados para o PJ.</p> <p>Atualmente existe em torno de 27 mil processos físicos arquivados provisoriamente no INFCZ e que ainda não foram migrados para o PJ. Por solicitação do Presidente do TRT4 (Portaria Conjunta TRT4 nº 3.430/2022), essas informações devem ser tratadas, sendo arquivadas definitivamente no sistema migrado para o PJ, a fim de que sejam tratadas os processos em andamento de forma agida.</p> <p>Maiores detalhes em relação ao tratamento de processos em andamento de forma agida.</p> <p>Realizado: Tratamento de forma automatizada o volume atual (em torno de 27 mil) de processos físicos arquivados provisoriamente no INFCZ, para que sejam tratados os processos em andamento de forma agida.</p> <p>Maiores detalhes em relação ao tratamento de processos em andamento de forma agida.</p> <p>Realizado: Tratamento de forma automatizada o volume atual (em torno de 27 mil) de processos físicos arquivados provisoriamente no INFCZ, para que sejam tratados os processos em andamento de forma agida.</p> <p>Maiores detalhes em relação ao tratamento de processos em andamento de forma agida.</p>	<p>Atualmente existem em torno de 27 mil processos físicos arquivados provisoriamente no INFCZ e que ainda não foram migrados para o PJ. Por solicitação do Presidente do TRT4 (Portaria Conjunta TRT4 nº 3.430/2022), essas informações devem ser tratadas, sendo arquivadas definitivamente no sistema migrado para o PJ, a fim de que sejam tratadas os processos em andamento de forma agida.</p>	<p>Estimado: Tratamento de forma automatizada o volume atual (em torno de 27 mil) de processos físicos arquivados provisoriamente no INFCZ, para que sejam tratados os processos em andamento de forma agida.</p> <p>Realizado: Tratamento de forma automatizada o volume atual (em torno de 27 mil) de processos físicos arquivados provisoriamente no INFCZ, para que sejam tratados os processos em andamento de forma agida.</p>	<p>Existe em torno de 27 mil processos físicos arquivados provisoriamente no INFCZ e que ainda não foram migrados para o PJ. Para a realização e acompanhamento definitivo em lote, conforme critérios definidos pelo JAC e Corregedoria, permanecendo no INFCZ os processos não migrados para o PJ.</p> <p>Atualmente existem em torno de 27 mil processos físicos arquivados provisoriamente no INFCZ e que ainda não foram migrados para o PJ. Por solicitação do Presidente do TRT4 (Portaria Conjunta TRT4 nº 3.430/2022), essas informações devem ser tratadas, sendo arquivadas definitivamente no sistema migrado para o PJ, a fim de que sejam tratadas os processos em andamento de forma agida.</p> <p>Maiores detalhes em relação ao tratamento de processos em andamento de forma agida.</p> <p>Realizado: Tratamento de forma automatizada o volume atual (em torno de 27 mil) de processos físicos arquivados provisoriamente no INFCZ, para que sejam tratados os processos em andamento de forma agida.</p> <p>Maiores detalhes em relação ao tratamento de processos em andamento de forma agida.</p>	<p>Lucia Speranza</p> <p>Concluído</p> <p>maio/2022</p> <p>(dezembro/2022)</p>	<p>4000</p> <p>SI-M</p> <p>https://pjm.trt4.jus.br/visualizarProcesso/4000/2022</p>	<p>CIENZ Promover e Transformação Digital</p>
<p>Expansão da implantação do Sistema Nacional de Gestão de Pessoas (SICEP) - 2023</p> <p>Objetivo: Expandir a implantação do novo funcionalidades e sistemas adicionais do Sistema Nacional de Gestão de Pessoas (SICEP), durante o ano de 2022.</p> <p>Q que foi feito: Expansão da implantação de novas funcionalidades e sistemas adicionais do Sistema Nacional de Gestão de Pessoas (SICEP), durante o ano de 2022.</p> <p>Módulos instalados em produção durante 2022: Alcatraz; JI SICEP; SISAID; Controle de Acesso (CAC); Gestão de Passivos; Módulo de Avaliação de Capacitação; Designação de Magistrados; PROCECOM; Autodesempenho; Módulo de Recrutamento de Freqüência On-line; Módulo de Avaliação de Capacitação de Trabalho e Performance; Módulo de Avaliação de Capacitação (EAI); Módulo que está em instalação: Módulo de Magistrados (MAG); Módulo ARTSMIS.</p>	<p>O sistema SICEP encontra-se implantado e em uso no TRT4. No entanto, possui funcionalidades e módulos ainda a serem implantados.</p>	<p>Estimado/Realizado: Implantação nacional de sistemas de gestão de pessoas e segurança.</p>	<p>Implantação atual nacional: Módulos que entram em produção até 2022: SICEP, Módulo Procep, SICEP Online, FolhaWeb, SICEP, E.A.I., Controle de Acesso, Sistema de Integração SICEP/INFCZ, GEST e GECI.</p> <p>Agilidade - JI SICEP - instalado em produção em abril/2023</p> <p>SISAID e Controle de Acesso (CAC) - instalado em produção em abril/2023</p> <p>Módulos em homologação: Designação de Magistrados; PROCECOM; Autodesempenho; Módulo de Recrutamento de Freqüência On-line; Módulo de Avaliação de Capacitação de Trabalho e Performance; Módulo de Avaliação de Capacitação (EAI); Módulos em instalação: Módulo de Magistrados (MAG); Módulo ARTSMIS.</p>	<p>Marcelo Zanbassi</p> <p>Concluído</p> <p>dezembro/2022</p> <p>(dezembro/2022)</p>	<p>4290</p> <p>SI-M</p> <p>https://pjm.trt4.jus.br/visualizarProcesso/4290/2022</p>	<p>CIENZ Promover e Transformação Digital</p>

MUDANÇAS REALIZADAS NOS STATUS DOS PROJETOS E PROJETOS INCLUIDOS neste último relatório

PROJETOS CONCLUÍDOS	
Aquisição das salas de audiências e sessões	O que foi feito: Aquisição de salas de sessão e as salas de audiência com equipamentos de som e imagem, possibilitando a realização de audiências mistas por videoconferência, primando pela qualidade de som e imagem, necessárias para depoimentos que seguem apenas gravados. Nas salas de sessão foram instaladas câmeras e TV's de grande tela no teto e no lado de 9' andar. Nas salas de audiência foram adquiridas 176 kits de mesa de som (1 mesa e 6 microfones), incluindo transporte, instalação e garantia. Foram instaladas 166.
Renovação parcial do parque de computadores pessoal C200	O que foi feito: Aquisição de 600 microcomputadores, estando 400 já instalados, para substituição parcial dos equipamentos Positivo C200 que estavam em uso nas unidades judiciárias e administrativas do TRT, com o prazo a vencer, bem como a substituição de outros equipamentos antigos que apresentavam em uso.
Migração parcial dos portais do JIBINTRA	O que foi feito: Portal Internet JIBINTE migrado e deslogado. E as seguintes aplicações do JIBINTE Portal Extranej e Intranet já foram desativadas ou migradas: atualização de valores IPCA e APJEX para módulo de classificações; banco de perfis foi desativado; banco de assessorias foi convertido e depois desativado; páginas de atas normativas e comunicadas do 1º Grau foram migradas para o VOX; formulário de emissão de documento foi migrado; extranet antiga foi deslogada; bose pratica foi desativada; autorização de acesso aos dados do RPPF foi desativada; sistema de controle de comunicação foi desativado; CDA (Google Search) foi substituído pela submissão de documentos de site no Elastic Search.
Tratamento dos processos físicos arquivados provisoriamente no INFOR	O que foi feito: Avaliar e avaliar no tratamento de arquivamento 27 mil processos que estavam arquivados provisoriamente no Infor, realizando seu arquivamento definitivo ou sua migração para o P.A. Os processos foram tratados, restando um saldo de 7.778 processos a serem tratados em outro futuro caso necessário.
Expansão da implantação do Sistema Nacional de Gestão de Pessoas (SIGEP) 2023	O que foi feito: Expansão da implantação de novas funcionalidades e sistemas satélites do Sistema Nacional de Gestão de Pessoas (SIGEP) durante o ano de 2023. Módulos instalados em produção durante 2023: Aplicativo JT SIGEP; SISAD e Controle de Acesso (CAC); Gestão de Passivos. Módulos que estão em homologação: Designação de Magistrados; PRODECAM; Autoperfomente; Módulo Requerimentos de Frequência Online; Módulo Atualização Carteira de Matrícula e Previdência; Módulo de Avaliação de Capacitação (EJA).
Evolução do Sistema Nacional de Escolas Judiciais - 2023	O que foi feito: Aprimoramento do Sistema Nacional utilizado pelas Escolas Judiciais (produto do SIGEP), durante o ano de 2023. Foram entregues 3 grandes versões: contexto de aprendizagem e gestão como público interno; individualização da carga horária de docentes dentro de uma mesma unidade; funcionalidade de perfil de supervisor de prazo de magistrados com participação em curso de Escola Judicial; relatório de produtividade de magistrados; novos campos no cadastro de docentes; reestruturação de campos de formação acadêmica; inclusão de novos cursos (Bacharel em Formação Complementar em Direito e História; Bacharel em Direito); sistema de gestão de processos de avaliação por público; geração de certificado de idoneidade; validação de identidade do docente para acessar o portal do docente; permitiu o docente visualizar cursos ministrados, certificados e outras informações; inclusão de campo para informação de PCD (pessoa com deficiência) no cadastro de docentes e de público externo; indexação por origem, situação, gênero, raça e condição PCD do perfil; foram atendidas mais de 145 demandas de melhorias/alterações em serviços durante 2023.
AJUX4 - Evolução do Sistema de Audiências da Justiça do Trabalho - 2023	O que foi feito: Disponibilização novas funcionalidades no AJUX4 durante o ano de 2023, de acordo com diretrizes nacionais junto ao CESTJ. Algumas principais: possibilidade de consultar e buscar transcrições audiovisuais; importação de dados de outras áreas nos cadastros; estimativa de IR e INSS passa a utilizar alíquotas e índices do banco de dados; adequação do registro de presença das partes para que a referência às partes conste de acordo com a classe jurídica de ação; atualização de sistemas de Autêl em relação ao sistema interno à Justiça do Trabalho; integração entre Autêl e Google Docs para uso da funcionalidade de Digitação por Voz nas audiências (Escrita); tratamento das presenças de partes que constam dos autos antes e depois; tratamento dos casos de inerteção de atos; otimização da carga de advogados do FAL; melhorias importantes no uso de perfis de usuário; melhorias nos cadastros.
Automatização de procedimentos repetitivos não realizados em tela - 2023	O que foi feito: Implementação ações para executar operações repetitivas realizadas em grande volume, assim como procedimentos em tela. Rodos desenvolvidos em 2023: Abjar; Gerop; Rex; Enavajo; Rook e Fiale (Vt).
ADAR (Análise das Decisões em Agravo de Instrumento em Recurso de Revisão) - Construção de MVP	O que foi feito: Desenvolvido um MVP (Mínimo Produto Viável) da ferramenta ADAR (Análise das Decisões em Agravo de Instrumento em Recurso de Revisão), conforme definições do Programa de Startups da Justiça do Trabalho, no prazo de 3 meses a partir de 10 de julho de 2023.
Elaboração e acompanhamento do POTIC 2022-2023	O que foi feito: Suporte na elaboração do POTIC 2022-2023 e acompanhamento das suas ações.
Elaboração da nova metodologia de gerenciamento de projetos e gestão de portfólio	O que foi feito: Elaborada e publicada a nova metodologia de gerenciamento de projetos e de gestão de portfólio de TIC.
SIGEP: diárias e viagens	O que foi feito: Implementado o módulo do sistema SIGEP para diárias e viagens.
Implementação de ações de proteção contra ataques cibernéticos (Protocolo de Segurança Cibernética)	O que foi feito: Implementação de ações de proteção contra ataques cibernéticos, conforme foi indicado na avaliação de soluções tecnológicas para o acordo com o cronograma do Protocolo de Segurança Cibernética - PPSIC. Principais ações realizadas durante o Relatório de Início Operacional - Relatório das Ações de Monitoramento e Proteção, para registro das ações a serem realizadas referente a esse item: Implantação do NGAV; Revisão do guia de desenvolvimento seguro; Implantação de solução em nuvem (AWS) para produção e otimização de banco de dados; Implantação de solução de gestão de vulnerabilidade; implementação de melhorias no controle de execuções e de scripts; Atualização de sistema operacional de servidores; Identificação das credenciais administrativas privilegiadas; Implantação de solução de gerenciamento de ativos gerenciado (DAM).
SGSI ciclo 2023	Objetivo que foi feito: Manutenção do nível e da maturidade da segurança da informação no TRT4.
SGSI ciclo 2023	O que foi feito: realizado o SGSI ciclo 2023, contendo ações como: revisão da Política de Segurança da Informação do TRT4; revisão dos PCN's; revisão do Escopo do SGSI e Declaração de aplicabilidade; levantamento de riscos; revisão dos processos de SegRed e revisão de indicadores e metas; análise de aderência ao guia de proteção de infraestrutura crítica, do CNI; elaboração do Plano de Tratamento de riscos e relatório de análise crítica.
Estudo e contratação de solução de Firewall corporativo	Objetivo que foi feito: Avaliar soluções de mercado para substituir o firewall de rede checkpoint, cujo contrato de suporte e de atualização se encerra em 2023.